

PROJETO DE LEI Nº

Dispõe sobre a atividade de Comercialização e o Consumidor Livre de gás natural. Altera as Leis nº 9.478, de 06 de agosto de 1997 e nº 11.909, de 04 de março de 2009; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Art. 2º da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

VIII – Comercialização de Gás Natural: atividade econômica destinada à compra e venda de Gás Natural pela Concessionária Estadual de gás canalizado, pelo Consumidor Livre, pelo Produtor, pelo Importador ou pelo Comercializador, a ser exercida mediante autorização outorgada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);

XXXI - Consumidor livre: consumidor de Gás Natural que, nos termos da regulação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), tem a opção de adquirir e revender Gás Natural no Mercado Nacional de Gás¹;

[Nota 1: A definição de Mercado Nacional de Gás e sua regulamentação é objeto do SC4].

XXXII - Autoprodutor: agente explorador e produtor de gás natural que utiliza parte ou totalidade de sua produção como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais e tem a opção de adquirir e revender Gás Natural no Mercado Nacional de Gás.

XXXIII - Auto-importador: agente autorizado para a importação de gás natural que utiliza parte ou totalidade do produto importado como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais e tem a opção de adquirir e revender Gás Natural no Mercado Nacional de Gás.

XXXIV – Comercializador: agente da indústria do Gás Natural registrado e autorizado pela ANP para exercer a atividade de comercialização de Gás Natural no Mercado Nacional de Gás;”

Art. 2º. O Art. 46 da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 46

§4º A comercialização de Gás Natural entre Concessionária Estadual, Produtor, Importador, Comercializador e Consumidor Livre dar-se-á mediante a celebração de contratos livremente negociados, cujos volumes e prazos serão registrados junto ao Gestor Independente do Mercado².”

[Nota 2: A definição de Gestor Independente do Mercado e sua regulamentação é objeto do SC4].

Art. 3º O artigo 8º da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

XXVI – autorizar a prática da atividade de comercialização de gás natural.”

Art. 4º Caberá à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) conduzir a abertura do mercado de gás natural em todo território nacional:

§1º Em até 1 ano da publicação desta Lei, a ANP deverá apresentar um cronograma de marcos de abertura do mercado de gás natural para cada área de concessão de distribuição de gás natural, devendo os Estados promover os ajustes necessários nos contratos de concessão para contemplar as diretrizes emanadas pela ANP.

§2º A ANP deverá considerar as características de mercado de cada concessão, bem como a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro das distribuidoras e, se for o caso, prever um regime de transição para implantação da abertura disposta no caput.